



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

**ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA  
DE VIGILÂNCIA E RESPOSTA**

**LOCAL:** Online.

**DATA:** 27 de novembro de 2025

**HORÁRIO:** 9h

**PRESENTES À REUNIÃO**

**SES:** Lourdes Remor (CIB), Fábio Gaudenzi (SUV), João Fuck (DIVE/SUV/SES), Márcio Pacheco de Andrade (LACEN/SUV), Arieli Schiessl Fialho (GEDIM/DIVE/SUV).

**COSEMS:** Andreza (COSEMS), Clemilson (COSEMS), Pedro Augusto (AMFRI), Leonardo A. Galindo (Blumenau), Talita Piccoli (Jaraguá do Sul), Djana Paula Matioski Hoepers (Planalto Norte), Gabriela Minks (Meio Oeste), Carla Petry (Alto Uruguai Catarinense), Daianne Machado Barboza (Serra Catarinense), Ana Paula dos Reis (Nordeste), Neusa Antunes da Silva (Alto Vale do Rio do Peixe), Giane Carvalho (Cocal do Sul), Michele Marcon Telles (Pare/Florianópolis), Leandra Oliveira Porto (Chapecó); Andreza (Cosems); Vera (Araranguá/Região de Araranguá).

**COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: FÁBIO GAUDENZI FARIA.**

**PAUTA**

1. Resolução do COFEN 795/2025 e impacto nas atribuições da enfermagem em sala de vacina e na formação de vacinadores – DIVE e COSEMS
2. Proposta do MS para ampliação dos municípios a receberem a vacina contra a dengue – DIVE
3. Manutenção das ações de vigilância durante o período do final do ano/recesso – DIVE.

**1. RESOLUÇÃO DO COFEN 795/2025 E IMPACTO NAS ATRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM EM SALA DE VACINA E NA FORMAÇÃO DE VACINADORES.**

Fábio Gaudenzi Faria (superintendente de Vigilância em Saúde/SES) inicia a reunião. Fábio Gaudenzi informa que realizaram tratativas com o COREN. João Fuck (Diretor de Vigilância Epidemiológica/SES) e Arieli Fialho (Gerente de Imunização/SES) apresentam o tema. João Fuck informa que existe no estado uma Portaria, a 1.332/2022 que estabelece o regramento sanitário e técnico para abertura de salas de vacinas, públicas e privadas. Esta Portaria 1332 é que dá essas orientações. Informa que os profissionais técnicos de salas de vacina realizam capacitações específicas para salas de vacinas. João Fuck informa também, que esta Portaria está sendo revisada para alguns ajustes. Cita que continuará sendo oferecido o curso de capacitação, em função de alguns pontos complexos como cartão de vacinas com vacinas atrasadas. Menciona que existem protocolos para as vacinas de rotinas. João cita ainda que não vê grande impacto



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

46 no SUS a Resolução do COFEN. Ariele Fialho (Gerente de Imunização/DIVE/SES)  
47 coloca que manterão a qualificação dos profissionais, mesmo as capacitações não  
48 sendo obrigatórias, sobretudo no uso dos imunobiológicos especiais. Neste  
49 momento fica mantida a solicitação médica para os imunobiológicos. Fábio  
50 Gaudenzi (Superintendente das Vigilâncias/SES) com relação aos cursos,  
51 esclarece que o curso não é para ensinar a aplicação. O curso em si não é para  
52 ensinar uma aplicação de um injetável. O curso é para entender, para possuírem o  
53 entendimento do que podem ou não aplicar de forma simultânea, quais e como  
54 podem aplicar vacinas atrasadas e outros pontos. Cita que sempre surgem  
55 dúvidas de quais vacinas podem ser aplicadas simultâneas e outros. Que recebem  
56 questionamentos de gestores e técnicos. Ressalta que não é o ato em si. Pedro  
57 Augusto (AMFRI) coloca as dificuldades em fazer o curso, pois é oferecido uma  
58 vez por ano e que restringe a uma pessoa por município. João Fuck informa que  
59 foram 3 vezes ao ano e que não tem limitação do número. João esclarece que o  
60 curso é oferecido de maneira remota e presencial e que a parte presencial, foram  
61 realizadas em mais turmas. Neusa Antunes da Silva (Alto Vale do Rio do Peixe)  
62 coloca que o assunto angustia muito os profissionais butante saúde e de longa  
63 data. Cita que não possui capacitação para salas de vacinas em sua região. E cita  
64 também, que a questão não se refere ao ato de aplicar em si, mas, na segurança  
65 do paciente, decorrente da habilitação do profissional da sala de vacina. Fábio  
66 Gaudenzi solicita que as falhas em aplicações, erros, sejam registrados, para que  
67 no passar do tempo, justificar a necessidade de formação do profissional. Fábio  
68 Gaudenzi coloca que pensam em facilitar aos profissionais com a implantação de  
69 um canal para dúvidas e consultas dos profissionais. Djana Paula Matisoski  
70 Hoepers (Monte Castelo, Planalto Norte) menciona que recorda de um curso  
71 somente. Solicita que a Escola de Saúde Pública ofereça o curso online mais  
72 vezes ao ano. Cita que a rotatividade dos profissionais é grande, tanto que fechou  
73 salas porque perdeu profissionais para outros municípios. Ariele Fialho refere que  
74 acompanham erros na imunização, portanto, manterão os cursos. Esclarece que  
75 cada curso online, em seguida é feito o curso presencial. Leonardo A. Galindo  
76 (Blumenau) coloca que, esporadicamente, vem profissionais com certificados de  
77 cursos. Ariele Fialho esclarece que no estado, o curso para vacinas, deve ser o  
78 curso oferecido pelo estado, de acordo com a Portaria vigente. Se a Portaria for  
79 modificada, ela descreverá os requisitos de outros certificados o que deverá  
80 constar para que o curso de outros lugares seja validado. Vera (Araranguá) coloca  
81 que profissionais que vieram de outros lugares não puderam exercer atividades  
82 em sala de vacina, por não possuírem o curso e que estão com várias salas de  
83 vacinas fechadas. Daiane Barboza (Lages/Serra Catarinense) informa que  
84 participou do curso de microplanejamento com relação às vacinas e que possuem  
85 22 salas de vacinas e 15 abertas. Estão realizando curso de vacinação no  
86 momento onde também está fazendo. Coloca a importância em realizar cursos de  
87 vacinas e que o COFEN traz uma carga horária mínima para capacitação. Quanto  
88 a questão jurídica, já tentaram abrir concurso público em Lages para salas de  
89 vacinas, foi negado, pois alegam a existência da obrigatoriedade do curso do  
90 estado. Ressalta que nem todo profissional gosta de trabalhar em sala de vacina.  
91 E não dá para obrigar um profissional que não está apto para trabalhar em sala de  
92 vacina, bem como a preferência. João Fuck refere que recebem relatos de  
93 gestores municipais que os cursos atravancam o avanço da cobertura vacinal. Por



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

isso, os cursos do estado serão mantidos, mas tirando a obrigatoriedade do curso ser o oferecido do estado. Enfatiza que o curso é importante, lembrando que um curso realizado há dez anos, estaria defasado, pelas frequentes atualizações nos calendários de vacinas. Quando for campanha de vacinas, podem ser aplicadas por outros profissionais, não sendo obrigatório ser o profissional da sala de vacina. Ressalta também, que todos os profissionais de saúde devem conhecer sobre as vacinas. Coloca que revisarão a Portaria do estado, ajustando à Resolução do COFEN, mas, manterão os cursos do estado. Informa ainda, que já estão aguardando as vacinas do vírus sincicial, que deverão chegar em mais ou menos 10 dias. Pedro Augusto (AMFRI) sugere oferecer o curso mais vezes ao ano, sobretudo em regiões de grandes municípios. Andreza (Cosems) sugere fazer um levantamento da demanda e melhorar a estratégia de comunicação.

**2. PROPOSTA DO MS PARA AMPLIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS A RECEBEREM A VACINA CONTRA A DENGUE.**

João Fuck (Diretor da DIVE/SES) informa que recebeu ofício circular do MS em novembro, em que o MS pretende ampliar a vacina da dengue em todos os municípios do país. Destaca aqui na CIB, foram ampliadas as doses para a idade de 10 a 16 anos, da metade do ano para frente, para tentar avançar na cobertura e não perder as doses. O MS pensa em ampliar para todas as faixas etárias, mas no momento, solicita que o estado volte a faixa etária de 10 a 14 anos como em todos os estados. Com isso, é necessário uma organização, garantia da 2ª dose para a faixa etária de 15 e 16 anos que já se vacinaram com a 1ª dose. A decisão daqui será encaminhada à CIB. Pedro Augusto (Camboriú/AMFRI) coloca que, em determinado momento deveriam ser adicionados os agentes de endemias para receber as vacinas. Fábio Gaudenzi informa que o Butantã já possui vacinas prontas, que serão aplicadas em dose única. Mas, não há informação oficial da entrega das vacinas do Butantã. Que neste primeiro momento, manter a faixa etária de 10 a 14 anos. Com o encaminhamento pelo MS das novas doses, realizar a busca ativa dos usuários de 15 e 16 anos que já receberam a 1ª dose e voltar para faixa etária de 10 a 14 anos. A liberação da vacina de Butantã será para faixa etária até 59 anos. Vera (Araranguá/Região de Araranguá) informa que não haviam sido contemplados com a ampliação de 14 para 15 a 16 anos. Fábio Gaudenzi cita que o Butantã entregará uma quantidade grande de doses, que quando forem entregues, as faixas etárias aumentarão. As, por enquanto, não há informação oficial. Talita Piccoli (Jaraguá do Sul) informa que estão com poucas doses das vacinas da dengue. Ressalta que há procura das duas faixas etárias, até 14 anos e de 15 e 16 anos na sua Região. Neusa Antunes da Silva (Alto Vale do Rio do Peixe) coloca sobre as dificuldades nas orientações. E que na sua Região, existem muitos pequenos municípios e todos esperam pela vacina da dengue. Neusa cita outro ponto, que a população pensa que a vacina será para todos. Não sabem que haverá faixa etária. Fábio Gaudenzi menciona a comunicação. Que deverá ter muita comunicação sobre a vacinação contra a dengue, as faixas etárias, período de vacinação. Isso é muito importante para que a população seja informada. Pedro questiona sobre a quantidade e a organização. Fábio Gaudenzi coloca que as duas vacinas que estarão distribuídas, não se sabe como serão organizadas. Aguardando as orientações e prioridades do MS. Ariele Fialho informa que as vacinas sempre são distribuídas proporcionalmente aos



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

municípios. Ariele informa também, que a distribuição das vacinas pelo MS é por remessa, não são distribuídas todas em uma única remessa. A cada remessa, são calculadas as proporções que serão distribuídas aos municípios. Isto posto, não dá para informar a quantidade com antecedência, para organização nos municípios. Neusa Antunes da Silva (Alto Vale do Rio do Peixe) coloca que faz perguntas, pois ela é a porta-voz da sua Região. Resume que entendeu, que não receberão todas as doses simultâneas; como será a priorização das doses; como serão distribuídas essas doses; a faixa etária; vacinas para gestantes e outros. Ariele Fialho esclarece que não chegaram recomendações sobre a organização, sobre o escalonamento.

**Encaminhamentos:** Levar para a CIB a alteração da Deliberação vigente para ajustar a essas novas diretrizes.

**3. MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA DURANTE O PERÍODO DO FINAL DO ANO/RECESSO.**

João Fuck (diretor da DIVE) lembra as arboviroses, que aumentam em períodos de calor e chuva. Como haverá recesso e ponto facultativo, solicita que os municípios façam plantão, como a SES também fará. Não dá para parar de monitorar, de encaminhar as amostras. Lembra ainda que a saúde é uma área essencial. A SES já está se organizando para esse período de verão e para o período de fim e início de ano. A projeção da FIOCRUZ é para um ano de 2026 não muito fácil. As Américas perderam o certificado de controle das doenças. Ressalta a necessidade de que as atividades não sejam paradas. Fábio Gaudenzi informa que as Gerências de Saúde estarão em plantão presencial, nos dias de recesso e facultativo. Pedro (AMFRI) cita que na sua Região, realizarão plantões, sobreaviso e trabalho normal, de 19 a 5 de janeiro de 2026. A Região de Itajaí recebe muitos turistas, aumentando em pelo menos, 5 vezes, a população. Estão comunicando na Região. Daianne Barboza (Lages) informa que farão plantões em todos os dias do recesso e já estão alinhados com a Gerência de Saúde. Vera (Araranguá/Região de Araranguá) menciona que em sua Região já fizeram a programação para plantões, ficando o atendimento normal. Talita Piccoli (Jaraguá do Sul) informa também, que não irão parar no recesso.

**4. VACINAS DA COVID 19.**

Ana Paula dos Reis (Nordeste) questiona sobre a vacina Covid 19 para crianças, que entrou no calendário de vacinação. É uma vacina obrigatória, mas há pais que tem restrições sobre esta vacina. A escola não deixa de matricular esta criança pela falta da vacina, mas, a SMS comunica o Conselho Tutelar por falta da vacina no calendário. Informa que pais e advogados foram a SMS, alegando que existem regiões que não estão realizando esta vacina, alegam que não é obrigatória, não sendo necessário denunciar ao Conselho Tutelar. Questiona como proceder. Fábio Gaudenzi Faria coloca que não havia pautado este item, pois necessitaria encaminhar com antecedência para realizar um levantamento de todo o material existente e como procederam as outras regiões. A pauta deveria estar um pouco mais amadurecida. Necessitaria uma discussão prévia. Para a próxima CT, farão um levantamento nas Regiões de Saúde e nas instâncias envolvidas, para ter um encaminhamento para a melhor solução. A saúde é mais fácil esse encaminhamento, mas, são necessários conhecer os entendimentos e os



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

190 encaminhamentos do Conselho Tutelar. Cleilson de Souza (Cosems) coloca  
191 alguns posicionamentos do Judiciário.

192

193 Por fim, ficou acordado que as reuniões desta CTVR no ano de 2026, serão  
194 alternadas em presencial e online. Quando for online, será em dia individual.  
195 Quando a reunião for presencial, será realizada no mesmo dia que as outras CT,  
196 fazendo um rodízio dos horários entre as outras 2 CT, para que esta não fique  
197 sempre por último ou no meio das outras 2.

198

199

200

**LOURDES DE COSTA REMOR**  
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite